



## **MENINAS NO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE**

Patrícia Rodrigues Augusto Carra - PUCRS

**Resumo:** O Colégio Militar de Porto Alegre está localizado na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Este educandário foi pensado para a educação de meninos e durante grande parte de sua história foi essencialmente masculino. Este artigo informa conclusões de pesquisa acerca do ingresso das primeiras meninas na qualidade de alunas nesta escola (1989 e 1990). A pesquisa parte das narrativas de ex-alunas, ex-alunos e de professoras e professores da época. Utiliza, ainda, documentos produzidos pela instituição de ensino. O estudo é uma investigação de cunho qualitativo, orientado nos campos da Nova História, da História Cultural, da História oral, assim como, da História da Educação e da História de Mulheres. O artigo é parte da reflexão sobre a co-educação de meninos e meninas. Durante a constituição da pesquisa que originou este artigo, vários autores foram visitados, muitos estão presentes ao longo do texto e suas contribuições podem ser sentidas, contextualizadas, através dos assuntos que norteiam.

**Palavras-chave:** Escola masculina; Colégio Militar; ingresso de alunas; co-educação.

Os espaços militares e esportivos eram os mais masculinos de todos. Qualquer mulher que se aproxima de uma caserna é suspeita. “[...] Ao passo que o desfile militar, do qual as mulheres são expectadoras, inscreve na cidade a marcha da virilidade triunfante”. Esta fala de Michelle Perrot (2005, p.353) ilustra o abismo que havia entre as mulheres e o trabalho na caserna ou os bancos escolares das instituições de ensino militar. O fosso que as separava do ambiente militar era profundo, tanto pela visão dos que pertenciam aos quadros militares quanto pela ótica da sociedade civil.

A incorporação de mulheres às Forças Armadas corresponde, “na pós-modernidade, ao processo de democratização das sociedades e à expansão dos direitos de igualdade entre etnias, crenças, sexos e gêneros” (D’ARAÚJO, 2004, p.440).

A relação da mulher com a vida militar esteve por muito tempo associada a seu papel de esposa e aos constrangimentos que a profissão do marido pudesse causar a ela e à família. A mulher podia ser afetada pela vida militar, mas dela não fazia parte. Essa idéia sobre as mulheres e as Forças Armadas começou a mudar à medida que foram emergindo novos direitos, entre eles o de a mulher poder escolher profissões tradicionalmente tidas como masculinas (D’ARAÚJO, 2004, p.442).

Durante a década de 1980, as mulheres tiveram acesso à caserna<sup>1</sup>. A Marinha criou, em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, visando atender às áreas técnicas e administrativas, sendo que, em 1998, este Corpo foi extinto, mas a presença feminina foi estendida aos corpos de engenheiro e intendentess, quadros médicos de cirurgiões-dentistas e quadros de apoio. A Aeronáutica aceitou o ingresso feminino na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1982, e no ano de 1996, as mulheres foram aceitas como alunas na Academia da Força Aérea (AFA). O Exército só aceitou mulheres em suas fileiras a partir do ano de 1992, quando 29 mulheres ingressaram na Escola de Administração do Exército (EsAEx) localizada na cidade de Salvador, Bahia.

Se o ingresso das primeiras professoras (1982) representou um espaço de grande tensão no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), mas sem alterar o funcionamento da escola; o mesmo não podemos dizer sobre ingresso das meninas.

As garotas, na qualidade de alunas, implicaram alterações, ainda que pequenas, nos espaços escolares, nas relações aluno/professor, nas atividades, nos uniformes. Na imaginação de muitos, as meninas provocariam a descaracterização do educandário e a queda do nível de ensino no colégio militar.

A equipe da SOE<sup>2</sup>, nós, sempre achávamos importante a presença de meninas, mas havia na instituição uma idéia de que as meninas viriam estragar a disciplina, criar problemas e dificuldades. Tipo assim: namoros, gravidez... A última Força a admitir meninas foi o Exército (ATENA).

A razão atribuída para a permissão ao ingresso de meninas na qualidade de alunas foi à pressão de militares, pais de meninas, que desejavam possibilitar para as suas filhas um ensino de boa qualidade a um custo acessível. Atena, que participou do estudo<sup>3</sup> para verificar a possibilidade ou não da inserção de alunas nos colégios militares, lembra:

Só uns seis anos depois [do ingresso de Atena na escola, ou seja, 1986] começaram as discussões sobre o ingresso das meninas. Foi pressionado pelos pais que tinham filhas mulheres. Em 88 solicitaram esse trabalho [estudo] e em 89 vieram as meninas. Os militares de carreira eram, geralmente, pais transferidos de quatro em quatro anos e com dificuldades para manter as meninas em boas escolas

---

<sup>1</sup> Dado referente às Forças Armadas brasileiras. Sobre mulheres e Forças Armadas ver D'Araujo, (2004) e Snyder (1999).

<sup>2</sup> SOE: Seção de Orientação Educacional.

<sup>3</sup> In: VASSALI, Ayda (coord). **Assessoria à Entrada de Alunas no CMPA**. Colégio Militar de Porto Alegre. Seção Psicotécnica. Porto Alegre: 1988

Angélica lembra a primeira vez em que foi cogitada a entrada de meninas nos colégios militares mantidos pelo Exército:

eu estava em Brasília e fui convocada para fazer parte da equipe para estudar o ingresso das meninas. Eu era a única mulher no grupo. Fui encarregada de desenhar e pesquisar uma idéia de uniforme para garotas - pena que não tenho mais os desenhos, será que ainda tenho alguma coisa... - desenhei a fardinha bem como a de hoje. Achei melhor não inventar muito e tomei por base as fardas dos guris. Quando o general, o General de Exército... , quando o general viu, disse: Aqui não vai entrar mulher nenhuma!

Os dados da pesquisa<sup>4</sup> realizada na comunidade escolar durante o ano de 1987 revelam que, embora os contrários ao ingresso feminino parecessem ser maioria, eram, na verdade, grandes defensores do seu ponto de vista, pois numericamente representavam a minoria, pelo menos, entre alunos e professores:

	NÃO GOSTARIA DA ENTRADA DE MENINAS NO CMPA	SIM, GOSTARIA DA ENTRADA DE MENINAS NO CMPA	NÃO SABEM
Alunos	25%	75%	*****
Professores	10,7%	78,57%	10,73%

Quadro 1: Favorável ou contra o ingresso das meninas

O ano letivo de 1989 foi o primeiro a contar com meninas no ambiente escolar. As primeiras meninas ingressaram em um mundo pensado para a educação de meninos, uma escola tradicional na cidade de Porto Alegre. Elas enfrentaram resistências tanto no interior do Colégio como na sociedade da época: relatos dão conta de comentários na comunidade porto-alegrense da época sobre o ingresso de meninas no Colégio Militar. Os comentários aludem à sexualidade, ao receio dos anos de estudante no CMPA comprometer a “graça”, a “leveza”, a “elegância do andar feminino” ou as masculinizarem ou, ainda, medos e previsões de caráter moralista. Valéria relata uma situação:

Eu estava saindo do colégio na hora do almoço. Saí do portão. Logo ouvi um comentário, ríspido, atrás de mim: “quero só ver quando aparecer a primeira barriga”. Olhei e não era ninguém do colégio, era alguém que simplesmente passava por ali.

<sup>4</sup> Vide nota anterior.

Angélica lembra que muitas alunas “*consideravam-se como desbravadoras, bandeirantes*”, mas a senhora Nilma não tem a mesma impressão. Para Nilma, funcionária da cantina, as primeiras meninas eram tímidas “*e muitas pareciam tristes*”:

Elas vinham comprar lanches e eu as via, muitas vezes pelos cantos. Os guris não davam folga. Provocavam. Agora vão ter marchar! Outros as defendiam, diziam: Esse aí não gosta de mulher. Mais os mais velhos, né? .

O espaço do colégio sofreu poucas alterações para receber as garotas. Foi construído um banheiro e disponibilizado um vestiário para uso das alunas.

O vestiário, e em menor escala o banheiro, logo se transformaram nos espaços femininos discente: ali, as alunas estavam fora do olhar e do cuidado masculino, podiam chorar diante da adaptação à nova escola, rir e falar à vontade entre elas.

No vestiário, estavam a cargo de senhoras contratadas para acompanhá-las e cuidar as meninas nos momentos de banho e troca de uniformes<sup>5</sup>. Estas mulheres eram também úteis aos monitores<sup>6</sup> no trato com as meninas. Eram sempre convocadas diante das situações “*estranhas ao universo do homem*”, leia-se: cólicas, menstruação e, até, a “*natural fragilidade e sensibilidade feminina*”.

As meninas, as primeiras, eram muito quietinhas, queridas. Antes, elas usavam o cabelinho solto, ficavam engraçadinhas com as boinas e os cabelos soltos. Eu vim trabalhar com a outra senhora que já cuidava do vestiário. Eu ficava no vestiário, mas muitas vezes os monitores chamavam para ajudar. As meninas tinham coisas de gurias, né? Ficavam menstruadas, tinham cólicas. Eles não sabiam nada disso. Depois veio a Nei, sargento da Polícia Militar, para ser monitora das meninas. Cuidar fora do vestiário, ensinar a marchar, essas coisas (IZA).

O Exército firmou convênios com a Marinha e a Polícia Militar para que estas instituições enviassem sargentos mulheres para servirem como monitoras no CMPA. As meninas, nessa cultura escolar, necessitavam, assim como os meninos, de constantes olhos e acompanhamento. Podemos inferir que o ingresso das alunas, na ótica do sistema, provocou necessidades de mais mulheres trabalhando no Colégio: monitoras e professoras de Educação Física.

---

<sup>5</sup> Ainda hoje, o vestiário das meninas é cuidado por uma senhora. Esta senhora, além de cuidar da organização do vestiário, cuida as meninas no interior deste recinto.

<sup>6</sup> Monitores: sargentos que cuidam da disciplina e acompanham os alunos em atividades fora da sala de aula. Os monitores são também os responsáveis pelas seções (aulas/ treinamentos) de Ordem Unida.

Aos poucos, foi sendo sistematizado o uniforme e a apresentação das meninas. O marco dessa sistematização foi o ingresso da primeira turma de mulheres na EsAEx – Escola de Administração de Exército.

Esta escola militar recebe homens e mulheres, formados em cursos superiores civis. Após seleção por concurso público para as vagas oferecidas, o candidato passa cerca de um ano recebendo a formação militar. Ao término do curso, com a patente de tenente vão trabalhar nas organizações militares: quartéis, escolas, hospitais.

Com a admissão de mulheres para o seu quadro de oficiais, o Exército criou e regulamentou o fardamento e a apresentação feminina em suas fileiras. O decidido para o corpo feminino de oficiais foi transposto e adaptado para as alunas dos colégios militares.

Assim, os cabelos foram presos em coques e redes ou condenados a serem curtos e, depois de algum tempo, ganharam a relativa liberdade de trocarem o coque pelo “rabo de cavalo” em atividades de rotina. Os brincos tornaram-se pequenos e discretos, reduziram os anéis e as pulseiras a uma unidade, colares foram limitados a uma discreta correntinha com, um igualmente singelo, pingente.

A maquiagem foi permitida, desde que praticamente “invisível”, natural. Os esmaltes vermelhos e toda gama de cores mais chamativas foram banidos, restando as bases, os transparentes ou os rosas clarinhos.

O uniforme de gala teve sacramentado o scarpan preto: suprema tortura para as garotas de todas as épocas. No dia-a-dia, as meninas usam o mocassim. Nas formaturas e solenidades, elas calçam os desconfortáveis sapatos sociais enquanto os garotos enfrentam a mesma a jornada e atividade, calçando sapatos usados todos os dias, já moldados aos pés e sem saltos. Os pés das alunas, em especial os das menores, após os desfiles de Sete de Setembro retornam doloridos, com bolhas.

O uniforme de Educação Física passou a ser uma cópia em azul e branco do imposto às mulheres, oficiais e sargentos. Aliás, representou o fim da dificuldade relativa à adequada indumentária para a atividade física feminina em uma escola masculina.

Quando minha mãe abriu o pacote com os uniformes encomendados e vimos o short destinado à Educação Física. Eu disse: – Ih! Quando eu me abaixar vai aparecer a minha calcinha. Não deu outra, no primeiro dia de Educação Física, nós vestimos os shorts, eram como shorts dos meninos, como o que as meninas hoje chamam de fraldão. Descemos para o pátio. Quando nos viram, nem pensaram, mandaram que subíssemos e fôssemos nos trocar, não haveria Educação Física. Depois falaram para adquirirmos bermudas de uma ‘helanca’ grossa na cor azul. Não importava que tivesse listas ou estampas, era urgente, mas tinha que ser azul (ANA).

Observando os registros fotográficos das primeiras turmas com meninas, podemos perceber os cabelos soltos. Há, em algumas fotografias, garotas em trajes civis participando das formaturas. Os uniformes das alunas, por muito tempo, não estavam disponíveis para a compra, talvez devido ao pequeno e incerto número. Ao se matricularem no Colégio, os responsáveis encomendavam o fardamento; o qual demorava um tempo para ser confeccionado e, não raro, havia problemas de atraso nos prazos previstos para entrega, obrigando a escola a relativizar e tolerar exceções no previsto para os seus rituais diários e eventuais.

O espaço do colégio sofreu poucas alterações para receber as garotas. Foi construído um banheiro e disponibilizado um vestiário para uso das alunas.

“(…) Por outro lado, sabem como a presença de corpos de mulheres nesses lugares também provoca mudanças, nem que seja a construção de banheiros femininos em determinados lugares. Aqui no Brasil, até recentemente, em alguns lugares, como o Supremo Tribunal Federal, não havia banheiros femininos...” (RIAL, 2006, p.707)

Valéria comenta que o Colégio Militar de Porto Alegre pouco alterou a sua rotina para *incluir*<sup>7</sup> as meninas em seu corpo discente:

Ordem. Era para deixar as meninas virem. Cumpra-se. O que precisava? Meninas precisam de banheiro e vestiário separados. Arruma banheiro e vestiário. Menina precisa de gente que vigie e oriente dentro do vestiário. Coloca uma mulher no vestiário. Precisa de um uniforme. O sistema determinou o uniforme. As meninas deviam entrar na escola e adaptar-se a ela. Isso se adaptou ao colégio. O colégio continuou.

Atena lembra que a SOE buscou atuar e orientar monitores e professores para o trato das alunas e dos alunos:

As meninas no CMPA, no início, são “superprotegidas”. O que não significa aceitação. Para Haim Grünspun, a rejeição também aparece de forma encoberta através de perfeccionismos ou de superproteção. Psicologicamente, o objeto é visto como despertando sentimentos de pena, inclusive para rejeição, e passa a superproteger o “coitadinho”, exercendo controle e dominação sobre ele. O que, muitas vezes, ocorria com as meninas. Isso apareceu quando pensaram em turmas separadas e, no início, em alguns momentos do cotidiano. Orientamos o tratamento justo para com ambos: meninos e meninas.

Valéria reflete que as coisas foram acontecendo e sendo vividas à medida que aconteciam e foram sendo resolvidas pela ótica da instituição. Ela exemplifica narrando os primeiros casos de alunas grávidas:

---

<sup>7</sup> Cabe uma digressão sobre o termo incluir.

Quando a primeira aluna engravidou, a preocupação foi o uniforme. Decidiu-se que elas, – logo ficamos sabendo de outra aluna grávida, uma o namorado era aluno do colégio, colega – decidiu-se que elas usariam o abrigo. As aulas continuaram iguais. As alunas tiveram que estudar e fazer as provas igual. Uma acabou repetindo o ano. Não tinha muito apoio familiar para ajudar a cuidar do bebê, perdeu muitas aulas. Observou-se a legislação e pronto.

As meninas, como alunas, não provocaram alteração nos modos de ação interna e de organização do Colégio Militar de Porto Alegre. Embora seja recorrente dizer que meninas suavizaram a cobrança e o rigor disciplinar, podemos concluir que os modos de ver e tratar o aluno já estavam sofrendo alteração quando estas ingressaram.

Se, durante a década de 60, os garotos eram vistos e tratados como *pequenos soldados*, relatos de colaboradores da pesquisa que deu origem a este artigo e documentos produzidos pelo Sistema de Ensino do Exército mostram que esta não era a tônica nos anos 80<sup>8</sup>. A narrativa de Raul, ex- aluno da década de 60 que vai trabalhar no Colégio durante a década de 80, ilustra esta consideração:

(...) Era, assim, os valores diferentes, é... um questionamento do aluno muito grande, que não tinha na minha época esse questionamento. Então, quando eu cheguei aqui, em 80, eles questionavam muito o cabelo, isto que o cabelo era 1! No meu tempo, o cabelo era zero. Três zeros! Tu passava a mão assim e nada! Já na época de 80 era... Era grande o questionamento. O cabelo, da disciplina, pra quê marchar, pra quê fazer continência? Tudo isso. Tinha aluno da Legião que andava com bandeirinha do PT embaixo da gola da camisa. Então para mim foi uma mudança muito grande. (...) Quando eu cheguei aqui o Coronel (...) me disse: Olha Raul, o aluno não é soldado. (...) Ele não é um militar. Entendeu? Apesar de todo sistema militar, ele não é. (...).

Os princípios de hierarquia e disciplina que regem o Exército e são transpostos para os colégios militares continuam sendo cobrados e pregados; a escola continua meritória e o modelo de homem visado continua sendo o pretendido para a oficialidade do Exército, o qual se estende/ adapta para a mulher.

As meninas reagiram ao ambiente escolar encontrado, sendo, algumas vezes, capturadas pelo discurso e ordem circulante e, outras, assim como os meninos, transgressoras.

As mulheres foram aceitas nas Forças Armadas com restrições de funções, atividades e limite na hierarquia. Às meninas, foi vetada a participação em rituais e treinamentos de ordem unida que envolvesse o manuseio de armas e, de início, certos esportes como o

---

<sup>8</sup> Na década de 80, a visão da Diretoria de Ensino para o trato dos alunos pregava um tratamento e visão diferente do discente em comparação com os parâmetros previstos para o estudante, das décadas de 60 e 70, e as garotas chegaram após o início dessa nova diretriz. Então não podemos atribuir, unicamente e sem maiores reflexões, ao ingresso feminino no corpo discente qualquer *suavização* no modo de ver e tratar o estudante do CMPA a partir de 1989.

futebol<sup>9</sup>. Um exemplo foi o Batalhão Águia, onde garotas, das turmas ingressantes nos anos de 1989 e 1990, tiveram ordem unida com fuzis. Segundo, Ana, para a tristeza delas, após semanas de esforço e uma apresentação elogiada, o Batalhão foi extinto e, apenas, os garotos continuaram tendo o privilégio de certas experiências<sup>10</sup>.

O Batalhão Águia extinto e, até hoje, não mais lembrado pelo educandário me fez refletir quando, ao final do ano de 2008, meninas do Segundo Ano do Ensino Médio passaram a participar de ordem unida com armamento. Nenhuma palavra quanto ao Batalhão Águia. Tudo era novidade. O que mudou? Qual significado para meninas e meninos?

A ordem unida com armamento também para meninas constitui uma novidade no fazer do colégio, logo passará a fazer parte do cotidiano e parecerá que sempre foi assim. Assim como era *naturalizado* meninas não participarem desta atividade, outras práticas e discursos diferenciadas para garotos e garotas devem estar na ordem do natural. Lembro Louro (2010, p.63):

O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”.

De 1990 até 2010, temos um espaço temporal de duas décadas. Se em 1989 e em 1990, as alunas representavam uma pequena porcentagem do Corpo de Alunos, atualmente, representam 45%. O fato de meninos e meninas estarem juntos na escola não é sinônimo de co- educação, embora seja impossível atingir a co-educação seja de gênero, seja de gerações, sem a convivência e, neste sentido, a escola mista<sup>11</sup> pode representar o início de um processo que acabará por resultar na co-educação. “A escola mista se constitui em um meio e em pressuposto necessários, mas não suficientes para a co-educação” (LOURO, 2006, p.12).

O Colégio Militar, escola pensada para homens e, por muito tempo, de meninos e rapazes, no decorrer do seu processo histórico foi, gradativamente, vivenciando a inserção de mulheres na sua rotina e quadros funcionais e foi metamorfoseada em escola de homens e

<sup>9</sup> Cabe considerar que em relação às atividades da Educação Física muitos procedimentos, como veto ao futebol para as meninas, não eram práticas restritas aos colégios militares, eram atitudes pedagógicas comuns à época.

<sup>10</sup> No ano de 2009 as meninas passaram a ter acesso aos treinamentos com armas e à guarda de honra.

<sup>11</sup> A distinção entre os termos *escola mista* e *co-educação* foi pela primeira vez proposta por Daniela Auad no livro *Educar meninas e meninos – relações de gênero na escola*, com a finalidade de fortalecer o debate sobre educação e relações de gênero (AUAD, 2006, p.57).

mulheres. A lenta e progressiva feminização desse educandário não aconteceu sem conflitos e o ingresso das meninas pode ser um marco na datação do histórico desta escola, mas nunca o fim deste processo. Pelo contrário, marca a acentuação.

Segundo Louro (1996, p.10), gênero é uma construção social e histórica e comporta diversos conceitos de feminino e de masculino historicamente diversos. Desta forma, existem diferentes concepções de homem e de mulher, não só em sociedades distintas, mas também, no interior das diversas e diferentes sociedades. Estas concepções se redefinem ao longo do tempo. Pensar por este viés implica lembrar que as escolas são espaços que visam à formação dos sujeitos entregues aos seus cuidados e que todo educandário possui uma cultura escolar que perpassa e permeia o cotidiano e, ainda que subjetivamente, todo o corpo escolar<sup>12</sup>. Entre os aspectos dessa cultura, estão os conceitos de homem e de mulher e os modelos de masculinidade e feminilidade do colégio.

O ingresso das meninas e a sua inserção no corpo de alunos do CMPA, assim como as reações contrárias ou favoráveis a este ingresso só podem ser compreendidas tendo como base os estudos de gênero e a cultura escolar, assim como os modelos masculinos e femininos que permeavam este educandário, hoje mista, mas no entender de muitas das mulheres que ali trabalham, ainda, assim como o Exército, de caráter masculino.

Homens e mulheres se constituem na relação com os outros homens e mulheres e este é um processo constante e dialético. A feminização do espaço escolar do CMPA é parte e resultante deste processo.

A escola não está à parte do panorama nacional da época. Embora este espaço possa ser visto como um microcosmo, suas paredes e tetos são altamente permeáveis com o mundo que a contém.

Das arcadas, observo o pátio: meninos e meninas correm barulhentos, garotas e garotos adolescentes conversam, meninos jogam truco, surpreendo uma mão na mão acompanhada de olhar inchado de paixão e sem querer questiono: esta escola está longe ou próxima da co-educação?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena (org.). **A Aventura (Auto) Biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

---

<sup>12</sup> Por meio da organização e da regulamentação de nossas vidas, nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade (BORDO,1997, p.20).

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ouvir Contar – Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares e a construção de um projeto de co-educação**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/ge23/t233.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. **Feminismo: que história é esta?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educar meninos e meninas – relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BASTOS, M. H. C. **Leituras das famílias brasileiras no século XIX. O Jornal das Famílias (1863–1978)**. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002, 32 p. (não publicado).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. **Lua Nova**, nº 38. São Paulo: 1996.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminilidade: Uma apropriação feminista de Foucault. In: JACAR, Alison; BORDO, Suzan, R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record e Roda dos Tempos, 1997. p.19-41. Coleção Gênero, v. 1.

BOSI, Eléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, p.133-84, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo:UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 318 p.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Volume 1: Artes de Fazer 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COLLING, Ana. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sônia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (orgs). **Gênero e Cultura – Questões Contemporâneas**. Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P.13-38.

COSTA, Fernando Braga. **Homens Invisíveis – relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber e VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedos, biologia, literatura, cinema**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-Me Agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Disponível [http://www.educacaoonline.pro.br/conteme\\_agora.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/conteme_agora.asp). Último acesso em 26 de abril de 2005.

CURY, Carlos Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1984.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.439-59. (capítulo 17).

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRAGA, Alex Branco. **Corpo, Identidade e Bom-Mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2007.

HENNIGEN, Inês. Ser homem e ser pai na mídia. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sônia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (orgs). **Gênero e Cultura – Questões Contemporâneas**. Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 101-128.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP: Unesp, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org). **Crítica Pós- Estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 83-107.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pósestruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 443-81.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. PRÁTICAS EDUCATIVAS, CULTURAS ESCOLARES, PROFISSÃO DOCENTE, São Paulo, 1998. **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote /Instituto de Inovação Educacional, 1992.

\_\_\_\_\_. (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (orgs). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001, 218 p.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Livro de Ouro da História do Brasil**, Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ROCHA, Cristianne Famer. **O espaço escolar em revista**. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedos, biologia, literatura, cinema**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.117.

SKIMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. Tradução de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMALLMAN, Shawn C. A Profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.389-438. (capítulo 15).

SNYDER, R. Claire. **Citizen-soldiers and manly warriors. Military service and gender in the civic republican tradition**. New York: Julian Messner, 1993.

STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa e PREHN, Denise R. (orgs). **Gênero e Cultura – Questões Contemporâneas** Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

VASSALI, Ayda (coord). **Assessoria à Entrada de Alunas no CMPA**. Colégio Militar de Porto Alegre. Seção Psicotécnica. Porto Alegre: 1988.